

e Vivienne Francis. Agradeço também a meus colegas do Departamento de Sociologia, Antropologia, Psicologia e Egitologia da Universidade Americana no Cairo, em particular Amy Holmes, Mohammed Tabishat, Ivan Panovic e Mona Abaza. Além de meus colegas Alex Foti e Shimri Zameret, bem como muitos outros amigos que me deram ideias úteis durante a escrita. Agradeço pela ajuda dada por alguns dos entrevistados que foram muito generosos em me fornecer mais contatos. Estou em dívida com Sofia de Roa, pelos muitos contatos na Espanha; com Shane Gill, que me ajudou a fazer entrevistas seguras com membros do Occupy; e com Hannah el-Sissi, por algumas das entrevistas conduzidas no Egito. Também quero expressar minha gratidão a Mariluz Congosto, por disponibilizar uma seleção de tuítes do movimento dos *indignados*, e ao grupo hacker R-shief, por compartilhar seu conjunto de dados de tuítes sobre Occupy e a Primavera Árabe. Meu último e mais importante agradecimento vai para minha companheira, Lara Pelaez Madrid, por me acompanhar em diversas viagens que fiz durante a produção deste livro e por ter me apoiado durante as dificuldades nos momentos finais do estágio de edição.

A pesquisa foi possível graças ao Fundo do Reitor Assis-
tente da Universidade de Middlesex para as investigações na Espanha e no Egito e a um subsídio da Academia Britânica para a realização de pesquisas sobre novas mídias e políticas. Sem os recursos disponibilizados, teria sido impossível cobrir os custos substanciais na condução do trabalho de campo que constituiu a base deste livro.

Introdução

Ok, e aí, #Tahrir alguém?

@Sarahngb - 15 de outubro de 2011

NO DIA 29 DE JULHO DE 2011, TESTEMUNHEI O DESPEJO brutal do acampamento na praça Tahrir, no centro do Cairo. Erguido em 8 de julho, o acampamento era o terceiro de uma série de protestos pacíficos massivos que reocuparam a praça após a caída de Hosni Mubarak, cada um deles difundido por sua própria hashtag no Twitter, com a data de seu início #Apr8, #Jun28 e #Jul8. Observando a cena por trás de uma das cercas verdes de metal ao redor da praça, vi pelotões de soldados destruindo as barracas montadas na rotatória. Um grupo de aproximadamente duzentos manifestantes voltou a se reunir numa lateral da praça, próxima ao Mogamma, a sede cinzenta da burocracia egípcia, com os corpos colados ao asfalto. Depois de alguns minutos, as tropas, formando um quadrado, avançaram e entraram na multidão, com cassetetes balançando no ar. Os manifestantes resistiram ao primeiro ataque, mas depois vieram o segundo e o terceiro. A multidão começou a se dispersar, fugindo dos soldados, sozinhos ou em pequenos grupos.

A poucos metros à minha esquerda, notei uma jovem egípcia em pé perto da cerca. Ela tinha vinte e poucos anos, cabelos longos, cacheados, e usava óculos de grife. Imaginei que fosse de uma das áreas ricas da cidade, como Maadi,

Mohandessin ou Nasr City. Parecia tão angustiada quanto eu ao testemunhar aquele ataque sem poder – ou sem ser ousada o suficiente para – levantar o dedo para detê-los. Abriu a bolsa e tirou o que reconheci como um celular HTC com um teclado deslizante, uma espécie de casamento estranho entre um iPhone e um Blackberry. Apontou a câmera do telefone para a praça, tirou uma foto de mais uma prisão violenta e, em seguida, começou a digitar no teclado. Olhou por alguns momentos para a tela antes de apertar “enviar” e, imediatamente, guardou o telefone, preocupada em ser observada e tornar-se alvo. Em determinado momento, um grupo de manifestantes correu em direção a nós, fugindo de um grupo de policiais militares que os perseguiam. Ambos desaparecemos da praça, correndo em direções opostas.

36

Enquanto escrevia este livro, muitas vezes voltei àquela cena. Ela parece encapsular muito da experiência contemporânea de protesto, com sua interseção entre “as redes e as ruas”, da comunicação mediada e de reuniões físicas em espaços públicos. Nunca consegui rastrear o tuíte que aquela jovem egípcia publicou naquele dia. O que me deixou pensando: o que ela terá escrito? Será que estava apenas relatando o que ocorria na praça? Ou incitava seus companheiros tuiteiros a se unir num contra-ataque contra a polícia? Ou sugeria a melhor forma de escapar da repressão ao se aproximar da praça? Ou apenas gravava uma lembrança do protesto para mostrar aos amigos? Quem leu o tuíte, e como estariam reagindo? Seriam encorajados a se unir aos protestos ou ficariam assustados? Quem era ela? Alguma “liderança” ou uma “seguidora”? E será que toda essa tuitagem e retuitagem de fato importa quando se trata de influenciar a ação coletiva, mobilizar e coordenar as pessoas envolvidas? Ou

tudo é apenas uma ilusão ativista, uma forma de se sentir parte da ação quando se está às margens?

Essas e outras perguntas similares me perseguiram durante o trabalho de campo etnográfico conduzido no curso da pesquisa deste livro. Ao visitar o lugar onde diferentes movimentos sociais floresceram durante 2011 – o que rendeu a este o rótulo de “ano do protesto”, como celebrado pela revista *Time*¹ –, de Cairo a Madri, passando por Barcelona e Nova York, testemunhei manifestações múltiplas do uso das mídias sociais por ativistas. Dentro desses movimentos “populares” – populares porque apelam ao “povo” (Laclau, 2005), como a maioria da população em seus países –, ativistas têm feito pleno uso “de um grupo de aplicativos baseados na internet [...] que permitem a criação e o intercâmbio de conteúdo gerado por usuários” (Kaplan e Haenlein, 2010, p. 60). Enquanto serviços de internet autogeridos como o Indymedia e listas de distribuição de e-mails foram as mídias escolhidas pelo movimento antiglobalização, os ativistas contemporâneos têm se apropriado sem pudores de redes sociais corporativas como Facebook e Twitter.

37

Ao comentar essa adoção entusiasta das redes sociais, especialistas e jornalistas recorreram prontamente a expressões como “a revolução do Facebook” (Hauslohner, 2011) ou “a revolução do Twitter”. No entanto, essa celebração do poder emancipador das tecnologias de comunicação não tem ajudado muito a entender como o uso dessas mídias reformula o “repertório de comunicação” (Mattoni, 2012) dos movimentos e afeta a experiência de seus participantes. Um dos perigos ao abordar o campo das mídias sociais é a possi-

1. A capa da revista *Time*, “Personalidade do Ano”, em 2011, foi dedicada ao “manifestante”.

bilidade de ser esmagado pela abundância e pela diversidade das práticas comunicativas que elas canalizam. Como veremos no decorrer deste livro, os usos das mídias sociais entre ativistas são tão diversos quanto seus lugares. Elas são muito usadas como um meio de representação, uma ferramenta de “jornalismo cidadão” empregada para obter “atenção externa” (Aday et al., 2010), por exemplo, no uso de serviços de transmissão ao vivo como Bambuser² ou YouTube, em vídeos que documentam episódios de brutalidade policial. No entanto, o que é mais interessante e talvez lhes tenha chamado a atenção, é seu uso “interno” ou “local” – como meio de organização da ação coletiva e, mais especificamente, como meio de mobilização na tarefa crucial de “levar as pessoas para as ruas” (Lievrouw, 2011, p. 154).

O papel mobilizador das mídias sociais, que constitui um tópico deste livro, já foi observado por diversos especialistas e jornalistas que se debruçaram sobre os movimentos populares de 2011. Tuitando em 27 de janeiro sobre a revolução egípcia, o autor estadunidense Jared Cohen citou um ativista egípcio que resumiu o uso ativista das mídias da seguinte forma: “O Facebook é usado para marcar a data; o Twitter, para compartilhar a logística; o YouTube, para mostrar ao mundo; todos eles, para conectar pessoas”. Em seu relato extravagante do que chama de “revoluções de 2009-2011”, o jornalista da BBC Paul Mason listou as funcionalidades do “conjunto completo de ferramentas de informação” usado por ativistas contemporâneos:

Facebook é usado para formar grupos, secretos ou abertos, de forma a estabelecer conexões fortes, mas flexíveis. Twitter é

2. Disponível em: <http://www.bambuser.com>. Acesso em: 5 out. 2020.

usado para *organização* em tempo real e difusão de notícias, contornando as complexas “curadorias” de notícias da mídia corporativa. Páginas de fotografias vinculadas ao YouTube e ao Twitter – Yfrog, Flickr e Twitpic – são usadas para fornecer evidências instantâneas das reivindicações que estão sendo feitas. Encurtadores de URL, como bit.ly, são usados para difundir artigos importantes via Twitter. (Mason, 2012, p. 75)

Que diferença, porém, as redes sociais fazem de fato em relação às formas pelas quais seus participantes se mobilizam e protestos são organizados, para além de operações triviais como “determinar datas” ou “grupos abertos”? Seria a importância delas meramente “técnica”, conforme citações como a mencionada anteriormente sugerem?

Para entender o significado social das práticas midiáticas e das redes sociais em particular, é útil fazer uma historicização contrastando formas contemporâneas de comunicação com as do passado. De certa maneira, a mídia moderna sempre foi um canal pelo qual movimentos sociais não apenas se comunicam, mas organizam suas ações e mobilizam sua militância. Aqui, precisamos somente pensar na descrição clássica de Lênin do jornal do Partido como “propagandista”, “agitador” e “organizador” da ação coletiva (Lênin, 1969/1902). As mídias sociais podem ser vistas como o equivalente contemporâneo do que o jornal, o cartaz, o panfleto ou a carta direta eram para o movimento dos trabalhadores. São meios não só de expressar opiniões abstratas, mas também de modelar a forma como as pessoas se encontram e atuam conjuntamente, ou, para usar a linguagem metafórica que será adotada neste livro, de *coreografar* a ação coletiva. Com estrutura hierarquizada e centralizada, o jornal do Partido aparecia como um reflexo perfeito da vanguarda

do Partido Leninista. Assim, o que mídias sociais como Facebook e Twitter, com suas multiplicidades e efemeridades constitutivas, nos revelam dos movimentos que os adotaram como meios-chave de comunicação?

Para explorar essas questões, realizarei uma análise qualitativa do uso ativista das mídias sociais nos movimentos populares de 2011, enfocando seu papel como forma de mobilização da ação coletiva. O estudo prossegue cronologicamente, começando com a Primavera Árabe e o uso das mídias sociais durante o levante egípcio, analisando em particular o papel desempenhado pela cosmopolita “juventude do Facebook” como a principal força de mobilização. Em seguida, discutem-se a adaptação e a transformação do “modelo Tahrir” no contexto dos *indignados* na Espanha, documentando a maneira como os organizadores usavam as mídias sociais antes e depois dos protestos de 15 de maio (15-M). Por fim, discutirei o uso das mídias sociais nas mobilizações do movimento Occupy nos Estados Unidos e a tortuosa interação entre comunicação online e organização de base que caracterizou o surgimento desse movimento. Esses diferentes movimentos sociais são analisados de modo diacrônico, traçando as diferentes etapas de seu desenvolvimento, reconstruindo o papel desempenhado pelas mídias sociais em cada um deles e observando sua interação com outras formas de comunicação.

De maneira empírica, utilizo um corpo de pesquisa etnográfica que compreende oitenta entrevistas com ativistas e muitas observações de reuniões públicas realizadas principalmente no Egito, na Espanha e nos Estados Unidos. Essa metodologia permite uma apreciação do uso das mídias sociais não sob uma “visão onisciente” oferecida pela pesquisa quantitativa, com suas pesquisas sobre o uso da mídia pelos

usuários e suas visualizações de informações de tráfego do Twitter, e sim uma visão mais “terrena” de como ativistas e usuários usam essas ferramentas. Inicialmente, definiu-se que este livro deveria incorporar estudos de caso de Grécia, Tunísia e Reino Unido, onde também conduzi trabalhos de campo. Acabei decidindo, por questões de espaço, abandonar esses estudos adicionais. No entanto, as entrevistas realizadas nesses países foram usadas como dados para verificar a aplicabilidade geral das hipóteses que estou desenvolvendo, e vou me referir diretamente a algumas delas no Capítulo 5.

Aqui na Introdução, explicarei a essência da minha abordagem ao estudo das mídias sociais e do ativismo – uma abordagem desenvolvida em oposição ao tecno-otimismo ilimitado de teóricos das mídias sociais, como Clay Shirky, e ao tecnopessimismo de comentaristas como Evgeniy Morozov e Malcolm Gladwell. Meu argumento é que ambas as posições são caracterizadas por uma visão essencialista das mídias sociais como adequadas ou inadequadas como meio de mobilização. Essas abordagens tendem a olhar as mídias sociais de maneira abstrata, sem a devida atenção à sua intervenção em geografias locais específicas ou sua inserção na cultura dos movimentos sociais que as adotam. Proponho que o elemento crucial na compreensão do papel dessas mídias nos movimentos sociais contemporâneos seja a interação e a mediação de formas emergentes de reuniões públicas, em particular os protestos em massa que se tornaram a marca dos movimentos populares contemporâneos. Minha opinião é que as mídias sociais foram as principais responsáveis pela construção de uma *coreografia de assembleia* como um processo de construção simbólica do espaço público que facilita e orienta o *encontro* físico de um ativismo disperso

e individualizado. Junto com a ênfase na imbricação entre mídia e localidade que alimenta este livro, minha principal afirmação é que a introdução das mídias sociais nos movimentos sociais não resulta só numa situação de espontaneidade absoluta e participação desenfreada; pelo contrário, administradores influentes do Facebook e tuiteiros ativistas se tornam “líderes suaves” ou coreógrafos envolvidos na criação da cena e na construção de um espaço emocional dentro do qual a ação coletiva pode se dar.

Para além do fetichismo do Twitter

42 Durante os confrontos entre os manifestantes e a polícia no centro do Cairo em dezembro de 2011, não muito longe de onde testemunhei a primeira cena retratada neste livro, observei alguns grafites em que o passarinho azul do Twitter aparecia sob um círculo vermelho com um risco na diagonal. Abaixo, a frase: “A revolução não será tuitada”, um trocadilho com o famoso título da canção de Gil Scott-Heron, *The Revolution Will Not Be Televised*,³ cujo último verso proclama que, em vez disso, a revolução “será ao vivo”. Não é difícil entender por que muitos ativistas no Egito e em outros lugares sentem a necessidade de reiterar essa opinião sobre os tuítes – proferida pela primeira vez pelo tecnopessimista Malcolm Gladwell (2010) –, dada a extensão com que a revolução egípcia foi banalizada como a “revolução das redes sociais” pela mídia obcecada com a última moda da tecnologia.

3. A revolução não será televisionada. [Nota da Tradução, a partir de agora: N.T.]

Pelo menos desde a adoção da internet pelo movimento antiglobalização como uma importante ferramenta, a mídia tem constantemente abordado o surgimento de qualquer novo movimento em termos da tecnologia que o define. Esse discurso atingiu seu ponto alto com o florescimento da Primavera Árabe em 2011. Da CNN à BBC, “protesto do Facebook” ou “protesto do Twitter” tornaram-se frases de efeito repetidas obsessivamente durante a revolução de 18 dias que derrubou Mubarak. Após sua queda, blogueiros egípcios e tuiteiros como Gigi Ibrahim e Sandmonkey foram instantaneamente alçados a celebridades, ou “micro-celebridades” de um movimento social supostamente “sem liderança”, enquanto novos programas como *The Stream* da Al-Jazeera em inglês foram criados para aplaudir o poder emancipatório das mídias sociais.

A celebração da revolução das mídias sociais também alcançou os escalões mais altos da política. O tão esperado e profetizado surgimento de uma “revolução do Facebook” foi lido como uma confirmação do bom trabalho realizado pelo Departamento de Estado estadunidense e de sua agenda de “liberdade na internet”. Na crista da onda de felicitações, em junho de 2011, Alec Ross, assessor sênior de Hillary Clinton, chamou a internet de “Che Guevara do século XXI”. Graças ao surgimento de novas mídias, “hierarquias estão sendo niveladas”, declarou, num tom que não estaria fora de lugar se viesse de um anarquista. “As pessoas no topo dessas hierarquias estão se vendo num terreno muito mais instável.” (Halliday, 2011) A mensagem era clara: a revolução havia sido feita no Cairo, mas não teria ocorrido sem as mais recentes tecnologias projetadas no Vale do Silício. Mark Zuckerberg (CEO do Facebook) e Jack Dorsey (CEO do Twitter) podem não estar nas barricadas, mas estavam operando na linha de suprimentos virtuais, por assim dizer.

Ninguém contribuiu mais para esse discurso tecnocelibratório na academia do que o professor da Universidade de Nova York Clay Shirky. A leitura de seus livros *Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações* (2008) e *A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado* (2010) nos leva a uma apaixonada apologia por tudo que seja tecnológico. Shirky argumenta que as redes sociais são *novas* ferramentas que possibilitam *novas* maneiras de formar grupos. Essas novas ferramentas facilitam nossas vidas, tornam nossas comunicações cada vez mais rápidas, ou seja, invariavelmente melhores: “Conforme mais pessoas adotam ferramentas sociais simples, e conforme estas permitem comunicações cada vez mais rápidas, a velocidade de ações de grupo também aumenta” (2008, p. 161). No mundo de Shirky, os custos de transações diminuem, obstáculos à ação coletiva são removidos, novas e mais eficientes formas de coordenação são criadas. Agora que, graças a essas novas ferramentas, “a formação de grupos passou de difícil a muito fácil, estamos vendo uma explosão de experimentos com novos grupos e novos tipos de grupos” (2008, p. 54).

Ao comentar os eventos no Egito e na Tunísia, Shirky enfatizou o poder onipotente das mídias sociais como um meio de ação coletiva. Num artigo publicado na *Foreign Affairs*, afirmou que, “à medida que o cenário da comunicação se torna mais denso, mais complexo, mais participativo, a população em rede está obtendo maior acesso à informação, mais oportunidades para se engajar em discursos públicos e maior capacidade de empreender ações coletivas” (2011). Aqui, mais informações são automaticamente vistas como mais possibilidades de ação coletiva. Essa visão também é exemplificada no relato de Paul Mason sobre o ativismo

contemporâneo: “Um fato é evidente: as pessoas sabem mais do que costumavam saber [...], têm acesso cada vez maior e mais instantâneo ao conhecimento e maneiras confiáveis de combater a desinformação. Por que uma revolução do conhecimento e da tecnologia não produziria uma mudança igualmente dramática – embora diametralmente oposta – no comportamento humano?”, questiona (2012, p. 147).

Nem todo mundo concorda com essa visão otimista da influência das mídias sociais nos movimentos sociais contemporâneos, segundo a qual mais informações se traduzem automaticamente em mais ações coletivas. Se Shirky é o rei dos tecno-otimistas, o estudioso da Bielorrússia Evgeniy Morozov é o príncipe dos tecnopessimistas. Morozov, que havia contribuído para o discurso celebrativo das mídias sociais, denunciou mais recentemente, com vigor, os riscos do “ativismo de sofá”,⁴ ou seja, “um ativismo que nos faz sentir bem, mas que não tem impacto político ou social”, criando “uma ilusão de um impacto significativo no mundo sem exigir nada mais do que o ingresso num grupo de Facebook” (Morozov, 2009).

Em seu livro *The Net Delusion: the Dark Side of Internet Freedom* (2011), Morozov atacou a ideia de que a difusão de tecnologia de comunicação feita nos Estados Unidos trará automaticamente a democracia aos quatro cantos do mundo. Ele critica as visões tecno-otimistas que afirmam que “a tecnologia empodera as pessoas, que, oprimidas por regimes autoritários por anos, se rebelarão inevitavelmente, mobilizando-se por meio de mensagens de texto, Facebook, Twitter e qualquer outra ferramenta que surja a cada ano” (Morozov,

4. No original, *slacktivism*, ou seja, o ativismo dos *slackers* (preguiçosos). [N.T.]

2011, p. xii). Como ele observa, redes sociais como Twitter e Facebook são usadas sobretudo para fins de entretenimento, para compartilhar as próprias atividades diárias, e não para a organização política. Além disso, alerta-nos corretamente para o fato de que as mídias sociais podem criar sérios riscos para os ativistas, dadas as maiores possibilidades de monitoramento pelo aparato de segurança do Estado.

Esse tipo de análise crítica do impacto das mídias sociais no ativismo também foi adotado pelo escritor e autor *best-seller* da *New Yorker*, Malcolm Gladwell, cujo argumento pode ser resumido pelos dizeres do grafite no Cairo: “A revolução não será tuitada”. Ações políticas radicais, argumenta Gladwell, exigem laços fortes, como os identificados pelo sociólogo de Stanford Doug McAdam entre os participantes do Verão da Liberdade, nos anos 1960, no fim da Era Jim Crow,⁵ em que muitos foram mortos por segregacionistas (McAdam, 1988). As mídias sociais, na melhor das hipóteses, criam laços débeis e, portanto, não são adequadas para ações revolucionárias, argumenta Gladwell. Sua posição foi ridicularizada por muitos teóricos após a evidência do papel desempenhado pelas mídias sociais na Primavera Árabe. No entanto, ao menos Gladwell e Morozov tiveram a coragem de ir contra a maré de otimismo sem limites gerada por pessoas como Shirky.

Por si só, não há nada errado em afirmar a importância das tecnologias da comunicação para os movimentos sociais. Estudiosos do calibre de Sidney Tarrow (1994) e Benedict

5. As chamadas leis de Jim Crow foram leis estaduais e locais que impunham a segregação racial no sul dos Estados Unidos; começaram a ser promulgadas no final do século XIX e foram aplicadas até 1965. [N.T.]

Anderson (1991) discutiram bastante a influência da tecnologia de impressão na ascensão dos movimentos sociais modernos. De fato, seria difícil falar sobre esses movimentos sem mencionar todas as tecnologias envolvidas na divulgação e na organização de suas ações: folhetos, cartazes, megafones, banners, televisão, jornais e similares. Além disso, numa sociedade que transformou a tecnologia e a ciência numa espécie de religião secular (Ellul, 1964), não surpreende que os movimentos sociais estejam ansiosos por experimentar o mais recente dispositivo eletrônico e se lançar como propulsores da inovação.

O problema surge, porém, quando as mídias sociais são transformadas num “fetiche” da ação coletiva; em outras palavras, quando tais mídias são dotadas de qualidades místicas que apenas obscurecem o trabalho de grupos e ativistas que as utilizam. Quando isso acontece, o discurso tecnovisionário sobre as mídias sociais aparece como reflexo de uma ideologia neoliberal, incapaz de entender a ação coletiva, exceto como resultado de algum milagre tecnológico que rapidamente conecta indivíduos egoístas. Morozov e Gladwell têm razão em suspeitar do otimismo excessivo de Shirky e seus auxiliares, bem como da política neoliberal que o sustenta. No entanto, correm o risco de cometer o erro oposto, isto é, assumir que determinada tecnologia é inerentemente inadequada como canal de mobilização. Ao fazê-lo, desconsideram o fato de que o processo de mobilização não pode ser reduzido à disponibilidade material das tecnologias adotadas, mas também envolve a construção de significados, identidades e narrativas compartilhadas (Johnston e Klandermands, 1995).

Para elucidar esses aspectos do problema, proponho neste livro uma interpretação cultural e fenomenológica do

papel das mídias sociais como meios de mobilização. Em vez de me preocupar só com a eficiência ou não das diferentes tecnologias de comunicação, atento-me ao que os ativistas de fato fazem com elas, às “práticas midiáticas” concretas e locais (Couldry, 2004) que desenvolvem em seu uso. Essa abordagem ao estudo das mídias sociais nos permite recuperar muito do que se perde nos enfoques tecnodeterministas contemporâneos. Em particular, dedico muita atenção ao papel desempenhado pela identidade e pelas emoções no processo de mobilização e sua contribuição para a construção simbólica de um sentimento de unidade entre os ativistas. O papel das emoções tem sido um assunto negligenciado nos estudos sobre movimentos sociais (Goodwin, Jasper e Polletta, 2001) e nos estudos de novas mídias (Ben-Ze'ev, 2004). No entanto, como mostrarei, esse aspecto é crucial para a compreensão de como as mídias sociais contribuem para o processo de mobilização nos movimentos populares contemporâneos, como reflexo de sua orientação “pessoal” e da importância de sustentar um imaginário de “amizade” e “compartilhamento” em seu uso.

Mídia social e bairros ocupados

Para superar a abstração e o essencialismo subjacentes ao debate contemporâneo sobre as mídias sociais, precisamos deixar essas “novas ferramentas” de lado por um momento e pôr em primeiro plano o quadro geral. É impossível entender o papel dessas mídias como meios de mobilização sem uma apreciação das maneiras pelas quais elas intervêm em movimentos sociais específicos e o modo como seu uso entre ativistas reflete e representa valores, identidades e narrativas

que caracterizam esses movimentos. Para esse fim, precisamos desenvolver uma análise das práticas de mídia social que se debruce sobre a sua interação com outras formas de comunicação e com a geografia física particular daquelas cidades nas quais os movimentos sociais se manifestaram.

Os movimentos sociais analisados neste livro – o levante egípcio, os *indignados* espanhóis e o estadunidense Occupy – são marcados por uma enorme diversidade em termos de cultura, composição social e natureza do sistema político em que operam. É evidente que, em vista do nível de repressão enfrentado pelos participantes e da intensidade da mobilização, a revolução egípcia tem pouco em comum com os movimentos que tentaram emulá-la no Ocidente. Da mesma forma, as diferenças entre os *indignados* e o Occupy são grandes, apesar de ambos terem como alvo a crise econômica e as políticas de austeridade e de adotarem táticas e formas organizativas similares. Tendo em vista que esses movimentos são mais nacionais do que globais, refletem a especificidade de suas culturas. Não obstante essas diferenças, também existem elementos notáveis de comunalidade que nos permitirão vê-los como parte de uma onda de protesto comum, com características culturais semelhantes.

Em primeiro lugar, todos os três movimentos sociais considerados neste livro são “populares”, ou seja, fazem um apelo ao “povo” (Laclau, 2005) como a maioria da população. Essa característica está perfeitamente condensada nas palavras de ordem do Occupy, “somos os 99%”, assim como bem representada na insurreição egípcia com “somos uma mão” e nos *indignados* que afirmavam representar os espanhóis “normais”. Esse caráter majoritário se refletiu não só no discurso e no imaginário de cada movimento, mas tam-

bém na diversidade de seu círculo de apoiadores que abrangia muitas pessoas para além da juventude metropolitana e idealista da classe média que, nos últimos anos, constituíram o “potencial de mobilização” dos chamados “novos movimentos sociais” (Kriesi et al., 1995). O caráter majoritário dos movimentos contemporâneos registra uma clara diferença do movimento antiglobalização, que foi marcado por uma identidade minoritária autoconsciente expressa na declaração zapatista do subcomandante Marcos: “Marcos é todas as *minorias* exploradas, marginalizadas e oprimidas resistindo e dizendo ‘chega’” (Subcomandante Marcos, 1997). Essa orientação minoritária do movimento antiglobalização, com ênfase na diversidade e na autonomia, também teve forte influência nas análises acadêmicas das novas práticas midiáticas nos movimentos sociais, que viram a internet como um meio de produzir autonomia e diversidade. Pode-se argumentar, no entanto, que precisamos questionar muitos dos conceitos desenvolvidos nessas análises sobre o uso da internet pelo movimento antiglobalização, pois demonstram ter pouca influência sobre os movimentos populares contemporâneos. De fato, como veremos no decorrer deste livro, em contraste com a “lógica das redes” (Juris, 2008) do movimento antiglobalização, os movimentos populares contemporâneos são marcados por uma ênfase na unidade e na adoção de práticas de “centralização” que ressoam na descrição de “populismo” de Laclau (2005).

A manifestação mais evidente dessa ênfase na unidade tem sido a tática da manifestação em massa, a ocupação física do espaço público, que muitas vezes evolui para um acampamento de protesto semipermanente. Isso levou alguns a se referir às formas contemporâneas de protesto como “movimentos de tomada de quarteirões” (Nunn, 2012)

ou “movimentos de ocupação”. Esses movimentos foram todos envolvidos numa luta pela “apropriação do espaço público” (Lefebvre, 1974/1991), recuperando ruas e praças para uso público e organização política. Se os ativistas egípcios conseguiram captar a atenção de seus concidadãos e do mundo em geral, isso se deve menos a páginas de Facebook e tuítes do que à ocupação física da praça Tahrir, no centro do Cairo. Inspirados por esse exemplo, em 15 de maio de 2011, ativistas espanhóis, bravos com “políticos e banqueiros”, conseguiram conquistar o respeito da maioria dos compatriotas e despertar a euforia de milhares de “indignados” ao ocuparem pacificamente a Puerta del Sol, no centro de Madri, por um mês, inspirando centenas de outras ocupações pelo país. Depois da “Primavera Árabe” e do “verão europeu”, o “outono americano” também viu o renascimento da importância do espaço público por meio da ação do movimento Occupy, cujo próprio nome incentiva uma ocupação das ruas por parte daqueles que foram mantidos afastados delas durante os longos anos do consenso neoliberal. Essas ocupações podem ser entendidas como *rituais de reunião popular*, nos quais os indivíduos estão “fusionados” (Alexander et al., 2006) num sujeito coletivo sob o nome de “povo” (Laclau, 2005).

A importância da luta pelo espaço público nos movimentos sociais contemporâneos nos convida a repensar a forma como entendemos o papel das novas mídias e das redes sociais em particular. Por um longo tempo, a análise teórica localizou essas formas de comunicação em outro espaço, um ciberespaço ou espaço online, em oposição ao espaço offline. Essa perspectiva é bem exemplificada pela descrição de Manuel Castells da internet como uma “rede de cérebros” (2009), que será analisada em detalhes

no próximo capítulo. Em oposição a essa visão desencarnada, precisamos entender a mídia em geral e as redes sociais em particular como processos responsáveis por “reformular a organização das cenas espaciais e temporais da vida social” (Barnett apud Couldry e McCarthy, 2004, p. 59), e não como envolvida na construção de outro espaço “virtual” desprovido de geografia física.

É evidente que, nesse nível, existe uma profunda contradição entre as relações espaciais intrínsecas às duas práticas que se tornaram marcas registradas da cultura de protesto contemporânea: redes sociais e acampamentos de protesto. Mídias sociais como Twitter e Facebook são meios de facilitar as conexões interpessoais a distância. Elas aparecem como um reflexo perfeito da condição de individualização (Bauman, 2001; Beck e Beck-Gernsheim, 2002) das sociedades contemporâneas, permitindo-nos lidar com os outros sem que precisemos nos envolver totalmente com eles. De uma perspectiva espacial, a experiência dos acampamentos de protestos, com sua densidade de corpos em estreita proximidade física, aparece como o oposto do tipo de “proximidade virtual” (Bauman, 2003) facilitada pelas mídias sociais. Os acampamentos de protesto são locais de intenso comunitarismo, como é visto no contexto das assembleias e na experiência cotidiana de comer, dormir, limpar e defender o espaço coletivamente, o que, à primeira vista, parece ter pouco em comum com a experiência gerada pelas mídias sociais. Quais são as práticas envolvidas na conexão desses dois polos contraditórios da ação coletiva contemporânea? Como usuários do Facebook e tuiteiros são transformados em “ocupantes”?

Uma coreografa emocional

Neste livro, argumento que as mídias sociais tiveram de fato um impacto importante nos movimentos sociais de 2011, mas que esse impacto é muito mais complexo e ambíguo do que gurus como Shirky admitiriam. Sua principal contribuição, entre os diferentes papéis atribuídos a elas, está no nível da criação que neste livro chamo de *coreografia de assembleia*. Isso deve ser entendido como um processo de construção simbólica do espaço público, que gira em torno de um “cenário” e um “roteiro” emocional (Alexander et al., 2006) do encontro físico dos participantes. Essa prática é visível no uso das mídias sociais ao direcionar pessoas para eventos de protesto específicos, fornecendo aos participantes sugestões e instruções sobre como agir e construindo uma narrativa emocional para sustentar sua reunião no espaço público. Assim, em oposição aos autores que veem as mídias sociais e as novas mídias geralmente como criadoras de um espaço virtual ou cibernético alternativo (por exemplo, McCaughey e Ayers, 2003), enfatizo como o uso das mídias sociais deve ser entendido como complementar às formas existentes de encontros presenciais – em vez de substituí-los – e também como veículo para a criação de novas formas de proximidade e interação face a face. Ao combaterem a dispersão espacial das sociedades contemporâneas, as mensagens de Facebook e tuítes de ativistas contribuíram para a construção de um novo sentido de centralidade social, focado em “praças ocupadas”, que são transformadas em *locais de tendência*⁶ ou de *encontros magnéticos*, com um grande poder de atração emocional.

6. No original, *trending places*, fazendo referência a *trending topic*, como no Twitter. [N.T.]

que gira em torno de uma recomposição ou “fusão” de indivíduos num sujeito coletivo com ambições majoritárias. Nesse contexto, as mídias sociais têm atuado como um meio de agregação coletiva, facilitando a convergência de indivíduos díspares em torno de símbolos e lugares comuns, forjando sua unidade *apesar* da diversidade. A desvantagem dessa construção de unidade contra um sistema corrupto e brutal é uma tendência a eliminar as diferenças entre os participantes. Essa é uma questão que incomodou alguns ativistas antiautoritários, em especial aqueles que “cresceram” durante os anos dos protestos antiglobalização na virada do milênio.

Dadas algumas amostras do argumento geral que será apresentado a seguir, resta explicitar uma importante *ressalva* política. Este livro foi escrito sob uma perspectiva simpática aos movimentos sociais em discussão. No entanto, uma de minhas principais preocupações é evitar me tornar apenas um apologista de suas ações. Esse é, a meu ver, um erro frequente cometido por pesquisadores ativistas, que correm o risco de transformar o trabalho acadêmico numa homenagem comemorativa à ação coletiva, o que não acrescenta muito ao nosso entendimento, nem serve como propaganda eficaz do movimento. Pelo contrário, ao longo da obra, estou constantemente preocupado em identificar contradições, obstáculos e riscos enfrentados no desenvolvimento da ação coletiva e no uso das mídias sociais. Essa abordagem crítica vem da minha convicção de que somente revelando esses elementos negativos podemos entender melhor a cultura de protesto contemporânea e, assim, ajudar os ativistas no desenvolvimento de novas formas de comunicação e organização.

Resumo dos capítulos

O Capítulo 1 desenvolve uma estrutura teórica dentro da qual é possível analisar a importância das práticas de mídia social para os movimentos populares contemporâneos. Começa pela avaliação crítica dos entendimentos dominantes de ação coletiva, em particular os conceitos de “redes” e “enxames”, trabalhados por autores como Manuel Castells, Antonio Negri e Michael Hardt. Argumento que, ao enfatizar a espontaneidade e a multiplicidade irreduzível, essas noções tendem a obscurecer as linhas de força inerentes ao processo de mobilização e a negligenciar o fato de envolver a criação de um sentido de união e de uma identidade comum. Isso é particularmente relevante no caso dos movimentos populares contemporâneos, como ilustrado pela criação de centros físicos no espaço público. Ao contrário de Castells, Hardt e Negri, resgato a importância da construção de um sentido de unidade no centro do processo de mobilização. Proponho olhar a mobilização como um processo de encontro simbólico e material, encenado contra a situação de dispersão espacial que caracteriza as sociedades pós-industriais. Esse processo não é só físico, envolvendo também formas complexas de mediação que me esforço para capturar por meio da ideia de uma *coreografia de assembleia*.

O Capítulo 2 discute o papel das mídias sociais na revolução contra Mubarak no Egito. A revolução egípcia foi caracterizada pelo protagonismo da juventude cosmopolita conectada, a chamada *shabab-al-Facebook*. Mídias sociais, em particular páginas do Facebook como *Kullena Khaled Said* [Somos todos Khaled Said], foram vitais para instigar a reunião do movimento no espaço público, facilitando uma condensação emocional da raiva das pessoas em relação ao

regime e agindo como trampolim para a agitação nas ruas. Uma vez que o movimento chegou às ruas, no entanto, esses meios de comunicação se tornaram menos importantes do que a comunicação face a face. A praça Tahrir, com a densidade corporal que atraiu, passou a ser um farol físico para a coordenação do movimento, motivo pelo qual o apagão da comunicação imposto pelo regime de Mubarak teve um efeito limitado. Além da *shabab-al-Facebook*, também discute o papel de outro setor do movimento, a elite ativista chamada de “paxás do Twitter”, destacando o risco de isolamento da sociedade em geral implicado em seu envolvimento obsessivo com o site de *microblogging*.

O Capítulo 3 aborda o uso das mídias sociais nos protestos dos *indignados* na Espanha, em 2011. Mostro como os organizadores usaram o imaginário participativo das mídias sociais e da internet para “colher” a frustração individual de muitos espanhóis que não se sentiam representados por nenhuma organização e para transformar essa frustração numa paixão política coletiva tornada visível no espaço público. Na segunda parte do capítulo, dedico-me ao uso das mídias sociais na tentativa de sustentar o protesto. Argumento que a ocupação da Puerta del Sol e as mensagens nas mídias sociais que irradiavam dela criaram um centro simbólico e um ponto focal para manter um sentido difuso de participação. Os feeds do Twitter e a transmissão ao vivo geraram uma atração pela praça, facilitando a mobilização de apoiadores e simpatizantes em relação a esse centro simbólico.

O Capítulo 4 analisa o uso das mídias sociais como meio de mobilização no movimento Occupy Wall Street, nos Estados Unidos. Argumento que lá, em contraste com os protestos no Egito e na Espanha, o uso das mídias sociais inicialmente falhou como ponto de encontro para a

condensação emocional e como trampolim simbólico para a participação. A convocatória original lançada pela *Adbusters* falhou em garantir a mobilização de um grande número de participantes, e foi necessária uma longa e laboriosa fase de organização nas ruas antes que o movimento encontrasse algum grau de coerência e uma identidade comum. Somente quando os ativistas ocuparam o Zuccotti Park, páginas como *We Are the 99 Percent*, no Tumblr, contribuíram para a construção de uma identificação popular e a reunião de um círculo eleitoral diverso além da comunidade de ativistas. No caso do Occupy Wall Street, a mídia social, na maior parte, foi uma extensão das ações que estavam ocorrendo no local. Usando o Twitter, ativistas entraram em conversas emotivas com simpatizantes, sustentando um sentido difuso de solidariedade. Apenas alguns desses simpatizantes efetivamente se juntaram à ocupação, testemunhando as dificuldades envolvidas em transformar simpatia em participação real.

O Capítulo 5 desenvolve uma análise comparativa do uso das mídias sociais como meio de mobilização e seu papel na construção de uma *coreografia de assembleia*. Destaca o fato de que as mídias sociais são usadas como condutos para práticas organizacionais líquidas desenvolvidas contra o pano de fundo negativo das organizações burocráticas. No entanto, esse caráter líquido e informal dos movimentos contemporâneos não significa que eles não tenham líderes, como se costuma afirmar. De fato, o uso das mídias sociais é paralelo ao surgimento de novas formas de liderança indireta ou “coreográfica”, fazendo uso do caráter interativo e pessoal das redes sociais. Nessa estrutura, o Twitter e o Facebook recebem diferentes funções. Enquanto este é usado como plataforma de recrutamento para atrair novas pessoas, aquele é empregado principalmente como meio de coordenação

nação interna dentro da comunidade ativista. O papel de ambos como meios organizacionais é aprofundado, observando a maneira como são usados na construção de uma tensão emocional, criando um ímpeto e uma atração para os locais de encontro.

A Conclusão reúne as descobertas que surgem nos capítulos anteriores e discute suas implicações. Ressalto como, nos movimentos sociais contemporâneos, as mídias sociais foram empregadas para gerar uma nova experiência de espaço público, encenada no contexto de uma sociedade de dispersão. Analiso algumas das questões mais problemáticas que apareceram com a discussão anterior, incluindo as tensões entre os usos táticos e emocionais das mídias sociais, entre organização e espontaneidade, entre efemeridade e continuidade, bem como a questão da sustentabilidade dos movimentos sociais contemporâneos em suas formas atuais.

Por fim, no Apêndice, a leitora e o leitor encontrarão a lista dos oitenta entrevistados cujos testemunhos foram usados neste livro, juntamente com a descrição dos métodos de amostragem e de entrevista adotados no decorrer da pesquisa empírica. Todas as citações presentes no texto não atribuídas a alguém especificamente foram retiradas dessas entrevistas.

Reuniões entre amigos: mídia social e a coreografia de assembleia
